do Código de Processo Penal e no art. 31, VIII do RITJRJ, ante a perda de seu objeto. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2018
Desembargadora MONICA TOLLEDO DE OLIVEIRA Relator Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Terceira Câmara
Criminal Habeas Corpus nº. 0003699-67.2018.8.19.0000 3 Secretaria da Terceira Câmara Criminal Beco da Música, 175,
1º andar - Sala 103 - Lâmina IV Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20021-315 Tel.: + 55 21 3133-5003 - E-mail: 03ccri@tjrj.jus.br

006. HABEAS CORPUS 0003730-87.2018.8.19.0000 Assunto: Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: CABO FRIO 1 VARA CRIMINAL Ação: 0016000-47.2017.8.19.0011 Protocolo: 3204/2018.00038207 - IMPTE: FRANKLYN ROGR ALVES SILVA (DP/949.555-7) PACIENTE: BEATRIZ DA SILVA PEREIRO PINTO AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 1º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CABO FRIO CORREU: GABRIEL DE JESUS MACHADO CORREU: WILLIAM CARDOSO DE LIMA CORREU: TALITA DA SILVA CO-REPDO.: MENOR CO-REPDO.: MENOR **Relator: DES. ANTONIO CARLOS NASCIMENTO AMADO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: Habeas Corpus nº 0003730-87.2018.8.19.0000 D E C I S Ã O O deferimento de liminar em Habeas Corpus, como se sabe, é medida de caráter excepcional, cabível apenas se a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, ou quando a situação apresentada nos autos representar manifesto constrangimento ilegal, o que não se verifica na espécie. Indefiro a liminar. Venham as informações. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018. Desembargador ANTÔNIO CARLOS NASCIMENTO AMADO Relator

007. HABEAS CORPUS 0003858-10.2018.8.19.0000 Assunto: Roubo Majorado / Crimes contra o Patrimônio / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL 43 VARA CRIMINAL Ação: 0012795-06.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00039547 - IMPTE: MICHELE DE MENEZES LEITE (DP/ 3089.582-5) PACIENTE: LUCAS PALMEIRA LALICO AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 43ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL CO-REPDO.: MENOR **Relator: DES. ANTONIO CARLOS NASCIMENTO AMADO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: Habeas Corpus nº 0003858-10.2018.8.19.0000 D E C I S Ã O O deferimento de liminar em Habeas Corpus, como se sabe, é medida de caráter excepcional, cabível apenas se a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, ou quando a situação apresentada nos autos representar manifesto constrangimento ilegal, o que não se verifica na espécie. Indefiro a liminar. Venham as informações. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018. Desembargador ANTÔNIO CARLOS NASCIMENTO AMADO Relator

008. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CRIMINAL 0004487-81.2018.8.19.0000 Assunto: Semiliberdade / Medidas Sócio-educativas / DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Origem: CAPITAL VARA DE EXECUCOES DE MEDIDAS SOCIO EDUCATIV Ação: 0150361-31.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00046223 - AGTE: SIGILOSO AGDO: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000004 **Relator: DES. CARLOS EDUARDO ROBOREDO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

009. HABEAS CORPUS 0004614-19.2018.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Previstos na Legislação Extravagante / Ato Infracional / DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Origem: NOVA IGUACU VARA INF JUV IDO Ação: 0007260-82.2018.8.19.0038 Protocolo: 3204/2018.00047368 - IMPTE: SIGILOSO PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO CO-REPDO.: MENOR **Relator: DES. PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

010. HABEAS CORPUS 0004703-42.2018.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Previstos na Legislação Extravagante / Ato Infracional / DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Origem: NOVA IGUACU VARA INF JUV IDO Ação: 0007262-52.2018.8.19.0038 Protocolo: 3204/2018.00048099 - IMPTE: SIGILOSO PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO CO-REPDO.: MENOR **Relator: DES. PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

011. HABEAS CORPUS 0004711-19.2018.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: NOVA IGUACU VARA INF JUV IDO Ação: 0007263-37.2018.8.19.0038 Protocolo: 3204/2018.00048122 - IMPTE: SIGILOSO PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO CO-REPDO.: MENOR **Relator: DES. PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

012. HABEAS CORPUS 0004770-07.2018.8.19.0000 Assunto: Fato Atípico / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL VARA DE EXEC PENAS Ação: 0297262-07.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00048515 - IMPTE: VIVIAN BAPTISTA GONÇALVES (860.696-4) PACIENTE: FABIANO MARIA FERREIRA AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS **Relator: DES. CARLOS EDUARDO ROBOREDO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública DECISÃO: Habeas corpus nº 0004770-07.2018.8.19.0000 impetrante : Vivian Baptista Gonçalves (DP) Impetrados: Juízo da Vara de Execuções Penais Paciente : Fabiano Maria Ferreira (RG: 246441018) Imputação: Art. 155, caput, do CP (em fase de execução) Relator: Desembargador CARLOS EDUARDO ROBOREDO (Ag) D E C I S Ã O Versa a hipótese sobre habeas corpus impetrado pela Dr.ª Vivian Baptista Gonçalves (Defensora Pública), tendo como Paciente Fabiano Maria Ferreira (RG: 246441018), e, Autoridades Impetradas, o MM. Juízo da Vara de Execuções Penais, aduzindo as razões articuladas na inicial (e-doc 000002). Pleiteia deferimento de liminar, objetivando seja determinado o imediato início do processo de execução, considerando que até a presente data a CES ainda não restou tombada no âmbito da VEP, conforme consulta ao sistema PROJUDI. No mérito, persegue seja o provimento liminar convalidado em definitivo. Relatados. Decido. A provisão liminar em habeas corpus não encontra contemplação legal expressa, somente sendo admitida, por construção jurisprudencial, em casos excepcionálicos de estridente e incontroversa ilegalidade, inteiramente comprovada em caráter preambular (STJ, Rel. Min. Jorge Mussi, 5ª T., HC 380123, Dje 30.11.2016; TJERJ, Rel. Des. Carlos Eduardo Roboredo, 3ª CCrim, HC 0026038-25,2015, fls. 16/17, julg. em 27.05.2015; TJERJ, Rel. Des. Maria Sandra Kayat, 6ª CCrim, HC 012331-63-10, julg. em 30.03.10; TJERJ, 5ª CCrim, Rel. Des. Elizabeth Aguiar, HC 48395-38/2011, julg. em 29.09.2011; TJERJ, Rel. Des. Paulo Rangel, 3ª CCrim, HC 44842-46-12, julg. em 04.09.2012). Essa nota de excepcionalidade inerente à concessão initio litis propende a recomendar, por regra geral de hermenêutica, interpretação naturalmente restritiva (STF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, RE 288640 AgR/PR, 2ª T., julg. 06.12.11), sobretudo quando a pretensão liminar se confunde e se entrelaça com a postulação de mérito, hipótese em que, pelo princípio da colegialidade (STF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª T., HC 110974, julg. em 22.05.12), a competência natural do órgão julgador plenário há de ser preservada e o devido processo legal protegido de açosamentos (STJ, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª T., AgRg HC 236037/ES, julg. em